

# Em defesa do ecletismo: apontamentos críticos sobre o segregacionismo interno entre as Teorias Marxistas de Relações Internacionais

In defense of eclecticism: critical notes on the  
internal segregations between Marxist theories  
of International Relations

**MIGUEL BORBA DE SÁ** | mbds@fe.uc.pt / Professor Auxiliar Convidado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal.

**JAIME CÉSAR COELHO** | jccoelho@ineu.org.br / Professor titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.

**Recebimento do artigo** Maio de 2021 | **Aceite** Setembro de 2021

**Resumo:** No âmbito da disciplina acadêmica de Relações Internacionais (RI) há uma tendência a dar-se excessiva atenção aos debates (e disputas) intradisciplinares em detrimento de análises concretas de fenômenos políticos. O marxismo não tem sido uma exceção a esta tendência, já que as duas principais abordagens marxistas de RI – Teorias do Sistema-Mundo e Teoria Crítica Neogramsciana – são frequentemente forjadas uma contra a outra. O artigo usa a trajetória de Robert W. Cox com fio condutor para questionar esta segregação mútua com o intuito de chamar atenção para os profundos desafios políticos do mundo atual, nomeadamente a ascensão de movimentos e líderes políticos de extrema-direita ao redor do planeta. Para tanto, o artigo recupera os estágios iniciais destas duas abordagens marxistas de RI, mostrando que desde suas origens houve colaboração, senão interpenetração direta, entre ambas. Em seguida, são expostas as inconsistências reveladas por críticas ortodoxas à obra de Cox que são baseadas em apelos para rejeitar-se o ecletismo nos trabalhos de ciências sociais. A conclusão relembra os dilemas da política do início do século XXI e oferece algumas avenidas de investigação que podem contribuir para a tarefa de superar o academicismo dentro das tradições marxistas de RI. **Palavras-chave** Robert Cox; Marxismo; Ecletismo; Sistema-Mundo; Gramsci.

**Abstract:** Within the academic discipline of International Relations (IR) there is a tendency to give excessive attention to intra-disciplinary debates (and disputes) in detriment of concrete analysis of political phenomena. Marxism has not been an exception to such tendency, as the two main Marxist approaches to IR – World-Systems Theory and Neogramscian Critical Theory – are often played out against each other. The article uses the trajectory of Robert W. Cox as a driving force in order to question such mutual segregation with the aim of calling attention to the deep political challenges of today's world, namely the rise of far-right movements and politicians across the globe. In order to do that, the article recuperates the early stages of those two Marxist approaches to IR, showing that since their origins there was mutual learning, if not outright interpenetration, between each other. It then exposes some of the inconsistencies revealed by orthodox critiques of Cox's work that are based on appeals to reject eclecticism in social scientific work. The conclusion recalls the urgent political predicaments of early 21st century politics and offers some avenues of investigation that can contribute to the task of overcoming academicism within IR's Marxist traditions. **Keywords** Robert Cox; Marxism; Eclecticism; World-System; Gramsci.

## INTRODUÇÃO

There is little to be gained by pursuing the issue of fixing a label on my intellectual identity. I do not shy away from the word ‘eclectic’. The problem facing anyone who seeks to define the ‘problematic’ of the contemporary world is to draw upon and in so far as possible integrate modes of understanding from different sources so as to yield a result that both explains adequately and orients action. That is the only valid test, not whether you follow correctly some pre-established model. It is more useful to leave intellectual identities aside and address the question of what are the important things to focus upon. (COX, 2002, p. 29)

O objetivo deste artigo é mostrar a importância do ‘ecletismo’ de Robert W. Cox na interpretação das ordens mundiais e, assim, trazer uma contribuição acerca das possíveis aproximações entre a perspectiva coxiana e outras abordagens críticas. Defende-se que o ecletismo do autor não pressupõe uma falta de coerência interna em sua abordagem, além de permitir diálogos frutíferos com outras vertentes da teoria social contemporânea. Desta forma, o presente artigo oferece um olhar alternativo sobre a separação, hoje naturalizada, entre as duas correntes marxistas mais em voga nos debates acadêmicos em Relações Internacionais (RI) – a Teoria Crítica Gramsciana e as Teorias do Sistema-Mundo – ao sugerir que há notáveis convergências entre as mesmas.

Utilizando a obra de Robert W. Cox como fio condutor, demonstra-se que sua entrada definitiva no mundo acadêmico, após décadas como diretor da Organização Internacional do Trabalho (OIT), foi gradativamente levando-o a demarcar sua produção justamente frente às correntes que o haviam inspirado no momento de sua virada gramsciana, como as Teorias da Dependência e do Sistema-Mundo. Argumenta-se que a Teoria Crítica histórico-materialista de Robert Cox é, em alguma medida, tributária dos *insights* provenientes daquilo que seria criticado por ele mesmo, anos depois, como demasiadamente esquemático, ou mesmo determinista.

O artigo utiliza passagens do próprio Cox como representante-mor da chamada “Escola Italiana das RI” (GILL, 2007, p. 65), assim como recorre a autores canônicos do Sistema-Mundo, como Giovanni Arrighi, para questionar a dicotomia que opõe as duas abordagens marxistas mais conhecidas nas RI, posto que ambas as vertentes foram muitas vezes combinadas – e não apenas apartadas – pelos usos de seus principais expoentes. Por fim, registra-se que nem mesmo os marxismos que evitam encaixar-se em alguma dessas duas escolas conseguem escapar à lógica acadêmica que impele à consolidação de pequenos nichos, como ilustrado pela crítica de Alfredo Saad-Filho e Allison Ayers (2008) ao próprio Cox – acusado de ‘ecletismo intelectual’ – como se o ato de romper com ortodoxias implicasse, automaticamente, em demérito analítico.

Na conclusão, indaga-se a que interesses pode servir a manutenção desta postura filistina, justo quando a política mundial, quer entendida como Ordem Mundial (numa dinâmica de duração mais curta) ou como Sistema-Mundo (na longa duração), apresenta desafios de grande envergadura para as classes trabalhadoras e para os povos oprimidos de todo planeta. Se “toda teoria é *para* alguém *para* algum propósito”, conforme o adágio mais citado de Robert Cox

(1981, p. 128), compete aos intelectuais críticos, organicamente vinculados à luta pela superação do sistema capitalista, questionar com veemência as práticas que insistem em alimentar cisões analíticas orientadas ao regozijo interno de pequenas audiências e pouco baseadas em pesquisas históricas solidamente referenciadas.

## 1. ROBERT COX, SISTEMA-MUNDO E TEORIAS DA DEPENDÊNCIA.

No final de sua vida, Robert Cox concedeu uma longa entrevista a jovens pesquisadores brasileiros que o visitaram em Toronto (BORBA DE SÁ; GARCIA, 2013). Já aposentado, o célebre autor gramsciano das RI mantinha, contudo, perceptível vigor intelectual, bem como um senso político aguçado e interessado pelas questões candentes da Ordem Mundial após a crise financeira de 2008-2009. Quando indagado sobre sua relação, pessoal e teórica, com as teorias do Sistema-Mundo, ele foi peremptório ao demarcar sua posição frente ao que classificou como algo “interessante para brincar”, mas que não considerava como uma boa “maneira de se entender o mundo”. Após contar uma anedota sobre um encontro “gelado” no elevador com Andre Gúnder Frank, Cox deixa bem clara sua posição, que merece, portanto, ser lida na íntegra:

I find the work of Wallerstein and Gunder Frank interesting. I have never known them personally, I had made contact with Gunder Frank... I met him again in an elevator in Chicago not so long ago... It was a rather frosty greeting, it's hard to be unfriendly when you are in an elevator... But I could see he must have had a long-standing grudge against me, I forgot from what (*laughs*). Anyway, I think the World System theory has a “macro concept”, capitalism, as being one system that was global, and what happens in the world would be the internal contradictions of capitalism at the world level. As a theoretical model, it's interesting to play with, but I don't think of it as being a way of understanding the world. I am too much of a historian to accept a model like that other than as a tool, seeing where it works and doesn't work, not just accept it as a definition for world problems. The alternative to that was a theory in that context called the “articulation of modes of production”, where there were capitalist sectors and non-capitalist sectors. There is some relationship between them, the world is a much more complicated pattern of relationships. It seems to me a more realistic way of thinking. It has something to do also with the relationship of the productive forces and relations of production, in the Marxist terminology. Some people are stuck by the productive forces idea, which was that everything depends on the development of industry and of the proletariat, until the proletariat is strong enough to change the world. In a way, the Soviet Union adopted the forces of production model, developing big industry and subordinating agriculture. And the Chinese took the opposite route,

saying “no, the relations of production, they can change the world”. So we have the “cultural revolution”, we have the “great leap forward”, they create chaos and confusion by saying we just rely on the relations of production to make these changes. They are both wrong in the sense that there has to be some sort of balance and a gradual development of change. (COX *apud* BORBA DE SÁ; GARCIA, 2013, p. 312-313)

Em linguagem estritamente marxista, Cox fazia referência ao que é conhecido nas ciências sociais, em geral, como o debate metateórico sobre a relação *agente-estrutura*. Sua resposta sugere que tanto o determinismo estrutural (a crença soviética no avanço das forças produtivas) como o voluntarismo da revolução cultural chinesa tendem a dar “errado”, clamando por uma *práxis* política que combine as duas dimensões de maneira mais “equilibrada”. Por um lado, esta ponderação ajuda a desfazer certas caricaturas sobre as abordagens gramscianas de RI, injustamente acusadas de foco excessivo na agência humana devido à ênfase posta nas ‘forças sociais’. Mas, por outro, reitera o preconceito comum contra a abordagem do Sistema-Mundo, como se nesta vertente quase não houvesse espaço para que os agentes fizessem sua própria História, pois “tudo o que acontece no mundo” seria mero epifenômeno das “contradições internas do capitalismo” global, conforme suas palavras acima (*Ibidem*, p. 312-313).

Mas nem sempre foi assim. No momento de sua virada em direção ao que seria uma longa e exclusiva carreira acadêmica, após décadas no alto escalão da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Robert Cox tinha outra visão acerca do papel desempenhado pelas teorias do Sistema-Mundo e da Dependência, as quais ele confluía numa só, mas de maneira bastante elogiosa, à época. Pois, quando de sua metamorfose profissional em direção à docência universitária, o ex-burocrata internacional valeu-se justamente das Teorias da Dependência e do Sistema-Mundo para romper com o *mainstream* da disciplina de RI.

O ensaio que marca sua transição data de 1977, é intitulado *Decision Making* e foi escrito em parceria com Harold Jacobson, acadêmico de carreira na Universidade de Michigan (COX; JACOBSON, 1996). Nele, os autores expandem o argumento de um livro que haviam publicado cinco anos antes sobre processos decisórios em organizações multilaterais (COX; JACOBSON, 1972). Nesta nova colaboração, introduzem, pela primeira vez, as categorias de análise de inspiração marxista em seu arcabouço analítico – tanto as gramscianas, como as sistêmico-dependencistas.

Até aquele momento, Robert Cox dedicara-se com exclusividade ao tema das organizações multilaterais, no que pode ser entendido como um esforço de compreensão intelectual de seu próprio ambiente de trabalho. Em realidade, seria mais rigoroso considerá-lo como um profissional híbrido, alguém que foi construindo uma carreira acadêmica em paralelo ao seu ofício na OIT, já que desde os anos 1960 as suas contribuições ao campo de estudos sobre organizações multilaterais eram influentes a ponto de Cox ser editor de volumes sobre o tema e de organizar congressos que reuniam os principais especialistas na matéria (COX, 1969). Com efeito, antes mesmo de sua virada gramsciana, Cox já trazia elementos críticos em suas análises, ao salientar o papel das “ideologias organizacionais” e o “espectro de um novo colonialismo” representados, por exemplo, pela imposição de condicionalidades por parte do Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre países africanos e asiáticos (COX, 1969, p. 43; COX; JACOBSON, 1996, p. 353).

Segundo o próprio Cox, no entanto, seu pensamento anterior ainda era tributário de concepções “estadocêntricas”, por um lado, e de individualismo metodológico, por outro: “aquilo que não pudesse ser explicado pelo ambiente, deveria ser entendido como o resultado dos processos internos de tomada de decisão” (COX; JACOBSON, 1996, p. 354). Em um momento de estabilidade da economia-política ocidental, como foram os “anos dourados” (HOBSBAWM, 1995, p. 253) do capitalismo ocidental no pós-II Guerra, era possível fazer uma análise da tomada de decisão que focasse apenas nestas duas variáveis, “posição” e “personalidade” (COX; JACOBSON, *Op. Cit.* 353). Mas, diante das múltiplas crises dos anos 1970, um “alargamento do escopo de investigação” (*Ibidem*, p. 356) tornava-se necessário. Tal alargamento dar-se-ia em duas direções: (i) na concepção de *poder* utilizada, que deveria abarcar também a noção de “poder social” (i.e., de classe); e (ii) na prioridade ontológica conferida à estrutura de poder internacional, concebida como uma “totalidade” cuja análise excede aquilo que a mera soma das partes permitia enxergar (*Ibidem*, p. 351, 358).<sup>1</sup>

Assim, a guinada analítica de Robert Cox, marcada pelo abandono daquilo que ele mesmo classificaria, em 1981, como uma *teoria de solução de problemas* em direção a uma *teoria crítica*, está marcada pelas abordagens marxistas mais em voga em fins dos anos 1970. Primeiramente, introduz-se a noção de Sistema-Mundo a fim de alcançar uma dimensão ontológica mais ampla: “a totalidade é o sistema-mundo de relações de poder” (COX; JACOBSON, 1996, p. 351). Para não deixar dúvidas quanto a sua aderência àquilo que décadas mais tarde seria taxado como determinista, os autores reafirmam tal afiliação teórica mais adiante:

The thesis presented here is that for the late 1970’s a somewhat different approach to the study of decision making in international organization is required than the approach we adopted in the late 1960s (...) An approach commensurate with the preoccupations of the present must begin with the **world system of power relations**. International institutions have to be seen as functioning within that larger system. The starting-point would be a **structural** picture of power relations which is always the starting-point of the decision process. The approach would then focus on the points of conflict within the system that seem to suggest a potential for **structural** transformation. (COX; JACOBSON, 1996, p. 356, grifo nosso)

Em seguida, uma seção inteira seria dedicada à construção de seu próprio “modelo do sistema-mundo” (*Ibidem*, p. 359-361), logo antes das seções sobre “Ideologia” e “Hegemonia”, nas quais são introduzidas, pela primeira vez, as categorias gramscianas que dariam fama ao mais conhecido teórico crítico de RI. Seu “modelo de sistema-mundo” é, naquela altura, idêntico, em matéria de formulação, aos demais então disponíveis: “tal sistema-mundo deve ser definido em

1 Os autores são categóricos quanto à mudança de prioridade ontológica exigida pela realidade em transformação, que deixa de ser explicável pelas abordagens então disponíveis nas RI, listando os seguintes eventos: colapso do sistema de Bretton Woods; choque do petróleo; retirada dos EUA da Indochina; as lutas contra o *apartheid* na África do Sul; o relativo sucesso do Movimento dos Não-Alinhados na busca por uma Nova Ordem Econômica Internacional; e o papel mais ativo da República Popular da China em assuntos mundiais (COX; JACOBSON, 1996, p. 351).

termos de posições funcionais nas relações de produção”, sendo que “entre centro e periferia existem áreas semiperiféricas lutando para não perder a habilidade de almejar um *status* de centro” (COX; JACOBSON, 1996, p. 359).

O único adendo feito é para lembrar que “os conceitos de ‘centro’ e ‘periferia’ são, ao mesmo tempo, funcionais e geográficos” (*Ibidem*, p. 359). Nada, portanto, que demonstre qualquer desconforto, metodológico ou normativo, com a abordagem reivindicada. Ademais, fica patente que o recurso à teorização marxista do Sistema-Mundo, até mesmo pela lógica sequencial da apresentação dos argumentos, é a ponte que liga o pensamento anterior de Robert Cox a sua futura Teoria Crítica Gramsciana que viria a consagrá-lo, pouco depois, nas RI. Sem a noção de Sistema-Mundo, portanto, ele não chegara (e não chegaria, conforme sua própria apresentação) à noção de Hegemonia. Assim, a categoria gramsciana de Hegemonia surge para incrementar a perspectiva do Sistema-Mundo, resultando numa visão mais profunda do exercício efetivo do poder.

Entretanto, não é apenas o Sistema-Mundo que aparece como via de acesso a um novo, e superior, entendimento da política mundial. Curiosamente, a outra tradição teórica que serve de modelo teórico (e inspiração normativa) para a virada crítica de Cox também possui em André Günder Frank um dos seus principais expoentes, uma vez que seu ensaio sobre o “Desenvolvimento do Subdesenvolvimento” (1966) é considerado um dos grandes clássicos das Teorias da Dependência. Apesar dos desentendimentos ulteriores, no momento original de sua estreia como teórico crítico, Robert Cox também precisou incorporar aspectos centrais da tradição *dependentista* (ainda que suas referências fossem limitadas à bibliografia disponível em inglês e francês). Deste modo, é importante compreender que as Teorias da Dependência significaram, para ele, um caminho em direção à Gramsci também.

Pois, é mediante a leitura dos textos *dependentistas* que os autores chegam ao “terceiro nível” de relações de poder<sup>2</sup>, aquele que surge “conceitualmente fora da esfera estatal, no âmbito da sociedade” (COX; JACOBSON, 1996, p. 358). Neste momento de introdução da *dimensão social do poder*, a análise torna-se irremediavelmente marxista: “Este é o nível do poder social, ou das relações entre classes dominantes e grupos sociais subordinados. Poder social pode ser expresso em termos de produção ou consumo”. É precisamente aí que sua dívida com as Teorias da Dependência torna-se explícita: “[o] conceito de dependência refere-se ao poder social nas relações transnacionais”. A incorporação desta noção de poder social, mais completa, permite a Cox e Jacobson (1996), por exemplo, irem além de teorias como as da “interdependência”, já que as Teorias da Dependência “são mais explícitas” em apresentar o controle de alguns “grupos sociais” sobre outros na “estrutura internacional” de suas relações de poder (*Ibidem*, p. 358).

Vê-se, desta forma, que as lacunas identificadas em seu pensamento anterior são preenchidas pelas duas variantes marxistas disponíveis até então. Enquanto a interpretação do Sistema-Mundo alarga a percepção analítica em direção ao peso da dimensão estrutural na tomada-de-decisão das unidades do sistema, as Teorias da Dependência conferem uma dimensão social ao poder internacional, até então restrito à ontologia estadocêntrica e mesclada com certo grau de individualismo metodológico, típicos das RI após o ‘Segundo Grande Debate’ realizado

---

2 Os primeiros, seriam, respectivamente, poder “militar” e “econômico”, entre os Estados, entendidos como unidades unitárias (COX; JACOBSON, 1996, p. 357-358).

na esteira da revolução behaviorista das ciências sociais norte-americanas (HOFFMAN, 1977). Ao incorporarem ambas as formas de marxismo, Cox e Jacobson (1996), vale dizer, em nenhum momento demonstram qualquer reserva ou reticência contra seu uso. Trata-se, sem dúvida, de uma guinada decisiva em direção ao *marxismo realmente existente* nas RI até então.

Daquele ponto em diante, conceitos como “capitalismo dependente”, “estrutura” e “sistema mundo” passariam a integrar a análise de forma recorrente. Mais ainda, são eles que ajudam a manter o equilíbrio entre agentes (poder social) e estruturas (sistema-mundo capitalista). Contudo, a discussão não está preocupada, em primeiro plano, em resolver o dilema meta-teórico sobre qual dos ângulos merece maior ênfase. Os marxismos que são conjuntamente mobilizados estão à serviço de uma tarefa maior, para Cox e Jacobson: construir uma abordagem das RI a partir das lutas entre as classes sociais e suas frações, i.e., entre as *forças sociais* que ficariam associadas ao nome de Cox a partir de seu artigo seminal de 1981:

To summarize, a working definition of world power relations has to bridge the conventional distinction between state and society. An appropriate conceptualization of the world system would take account of (a) the structure of international production relations, from the standpoint of control over production [...] Thus production relations can be a common yardstick, to which other levels of power can be reduced. **This approach views the world system primarily in terms of social power.** (COX; JACOBSON, 1996, p. 359, grifo nosso).

Antes de chegar ao conceito de hegemonia de Gramsci, como ponto final, e logicamente compreensível, nesta jornada em direção ao marxismo, Cox e Jacobson ainda dedicam uma pequena seção ao estudo das “ideologias das organizações internacionais” (*Ibidem*, p. 362-363). Importa perceber que a discussão anterior sobre Sistema-Mundo e Dependência é incorporada na análise como forma de dar entendimento ao que eles consideram importante a ser investigado na política mundial. Ainda que a noção de ideologia empregada seja retirada de Karl Mannheim, não se trata de mera bricolagem de retalhos, mas de elementos que vão sendo incorporados na análise de modo a construir um edifício teórico consistente. “A questão fundamental a se perguntar sobre as ideologias é: elas sustentam o status quo de relações de poder, ou elas tendem a miná-lo e revisá-lo?”, indagam os autores, para logo concluírem, mediante recurso aos marxismos incorporados, que “[t]odas as ideologias vistas eram sustentadoras do status quo. Todas tomavam as relações de poder social e as estruturas existentes da economia mundial como um enquadramento dado” (*Ibidem*, p. 363).<sup>3</sup> O passo seguinte, em direção à noção de gramsciana de Hegemonia, apoia-se nesta base teórica já construída. “Os aspectos ideológicos e materiais do poder estão unidos no conceito de hegemonia” (*Ibidem*, p. 363). Assim começa aquilo que viria a ser rotulado como a abordagem gramsciana das RI: pelas mãos das Teorias da Dependência e do Sistema-Mundo.

---

3 As ideologias que caracterizam as diferentes instituições multilaterais discutidas pelos autores são, respectivamente: *funcionalismo*, *transnacionalismo*, *desenvolvimentismo* e *globalismo* (COX; JACOBSON, 1996, p. 362-363).

## 2. SISTEMA-MUNDO, HEGEMONIA E GRAMSCI: PARADIGMAS INCOMENSURÁVEIS?

Além da Teoria Crítica Gramsciana, a outra grande vertente marxista das RI, aquela que orbita em torno da noção de Sistema-Mundo, também é capaz de incorrer na prática de criar e defender pequenos nichos acadêmicos que muitas vezes estão mais ligados às disputas intra e inter-departamentos universitários do que a, questões de ordem teórica, ou política, *stricto sensu*. No Brasil, esta situação tampouco é melhor, uma vez que se importou a disciplina anglo-americana como principal referência da comunidade epistêmica que foi constituída em torno das RI no país. E nela, a nova geração de aderentes ao paradigma teórico do Sistema-Mundo parece igualmente interessada em demarcar seu espaço particular, no qual Gramsci não mereceria um lugar de destaque.

Outra vez, é importante recordar que nem sempre foi assim. E, mais importante, afirmar que não é necessário que continue sendo assim, principalmente em um momento em que tantos desafios se avolumam na política mundial do século XXI, com a ascensão da extrema-direita em escala mundial e o acirramento militar entre as grandes potências na crise (terminal?) da *Pax Americana*. Por isso, importa salientar que um dos principais nomes das teorias do Sistema-Mundo, Giovanni Arrighi, mostra que o segregacionismo interno entre as vertentes marxistas de maior destaque nas RI é um fenômeno sem *necessidade histórica* (para usar um termo caro aos marxismos mais teleológicos). Com ajuda de Arrighi (1982; 2007), pode-se ver que o sectarismo é real, mas de modo algum inevitável.

Em artigo de 1990, reeditado em uma coletânea gramsciana organizada por Stephen Gill em 1993 (e posteriormente republicada no Brasil, em 2007), Arrighi entrega-se a uma discussão teórico-metodológica sobre o pensamento de Antonio Gramsci aplicado às RI. Sua primeira reivindicação é de que o conceito gramsciano de Hegemonia difere – e supera – as outras formas de empregar o mesmo termo “nas décadas de 1970 e 1980”, quando se originou uma “onda de estudos sobre ascensão e declínio das ‘hegemonias’” (ARRIGHI, 2007, p. 227). Os usos anteriores, incluindo o de seu colega Immanuel Wallerstein, entenderiam a noção como equivalente a ‘domínio’ e, pior, tomariam o sistema no qual tais hegemonias são exercidas como um ambiente imutável. Daí a importância de se resgatar Gramsci para pensar as RI (ARRIGHI, 2007, p. 227-228).

Ainda que não seja sempre associado à chamada Escola Italiana das RI, Arrighi (2007) explica didaticamente tanto o conteúdo quanto as fontes do pensamento de Antonio Gramsci (citando a Maquiavel, por exemplo, sem as ressalvas habituais feitas fora da Itália). Segundo sua análise, a noção de *hegemonia* é crucial para o aprimoramento das teorias de RI, dentre outras razões, por refinar o conceito de ‘anarquia internacional’, que não deve ser confundido com o de ‘caos sistêmico’: enquanto o primeiro designa ausência de poder central, sendo uma “anarquia ordenada”, o segundo diz respeito a uma crise de hegemonia no Sistema-Mundo, “uma situação de completa, e aparentemente irremediável, falta de organização”, que clama por ordem. É por isso que, em tais situações (muito raras, de *longa duração*, no sentido braudeliano) “[q]ualquer Estado que tenha condições de satisfazer essa demanda de todo o sistema obtém, por conseguinte, a oportunidade de se tornar hegemônico” (*Ibidem*, p. 231).

Percebe-se de imediato que não há qualquer incompatibilidade, seja teórica ou política, entre a escola do Sistema-Mundo e o pensamento do líder comunista e grande pensador sardo. Mais adiante, Arrighi (2007) não apenas aprofunda o uso de Gramsci, mas propõe uma origem internacional para o conceito gramsciano de *hegemonia*, algo que, se comprovado, complicaria as genealogias mutuamente exclusivistas das duas grandes abordagens marxistas das RI. Afinal, se o conceito de *hegemonia* sempre fora internacional, até para o próprio Gramsci, como delimitar o início desta vertente supostamente dedicada a transplantar este autor para as RI? No entanto, Arrighi (2007) vai ainda mais longe nesta complicação dos nichos acadêmicos, sugerindo sutilmente que foi ele (um teórico do Sistema-Mundo) o primeiro a resgatar as principais categorias de Gramsci para as RI, antes mesmo do famoso artigo de Cox (2007) sobre método - *Gramsci, Hegemonia e Relações Internacionais* - publicado originalmente em 1983.

Como a palavra hegemonia, em seu sentido etimológico de “liderança”, e em seu sentido derivado de “dominação”, refere-se normalmente a relações entre Estados, é inteiramente possível que Gramsci tenha usado o termo metaforicamente para esclarecer relações entre grupos sociais por meio de uma analogia com as relações entre os Estados. Ao transpor o conceito gramsciano de hegemonia social derivada das relações intra-Estados para as relações interestados – como foi feito implicitamente por mim (Arrighi, 1982) e explicitamente por Cox (1983; 1987), Kehane (1984a), Gill (1986a) e Gill e Law (1988), entre outros – podemos estar refazendo em sentido inverso o processo mental de Gramsci. (ARRIGHI, 2007, p. 229)

Pioneirismos à parte, chama a atenção o uso do plural (‘podemos’), que denota a autoinserção de Arrighi naquilo que viria a ser conhecido como a Escola Italiana das RI. No referido ensaio em que “implicitamente” operou este processo mental de Gramsci, em sentido inverso, pela primeira vez, Arrighi (1982) já dava mostras de que, pelo menos em seus primórdios, as abordagens gramscianas e mundo-sistêmicas das RI compartilhavam mais elementos do que geralmente se supõe. Para aqueles que querem enfatizar as diferenças, esquecendo-se das semelhanças entre ambas, pode ser desconcertante ver Giovanni Arrighi e Robert Cox manejando os mesmos conceitos, na mesma época, com o mesmo intuito.

Tomemos as noções de *ordem mundial* e *sistema-mundo*, por exemplo, por vezes apresentadas como se fossem de um antagonismo absoluto. Como visto acima, o giro gramsciano de Cox (1977) fora operado via teorias da Dependência e do Sistema-Mundo. Agora, a mesma simbiose pode ser observada também com Arrighi (1982) que, de saída, já apresenta, *avant la lettre*, o conceito supostamente coxiano de “ordem mundial” como certo sinônimo de “economia-mundo” (com hífen, sem ressalvas) para, em seguida, referir-se à *Pax Americana*, tema caro à Robert W. Cox (1987), como sendo a “hegemonia dos EUA” (ARRIGHI, 1982, p. 55-56)<sup>4</sup>.

4 Arrighi também se refere a esta hegemonia como sendo a “US imperial order” (2007, p. 62). Como é sabido pelos seguidores de Robert Cox, um de seus mais importantes capítulos de sua obra-maior (COX, 1987a) versa, justamente, sobre a *Pax Americana*, nesses termos. Na próxima seção, far-se-á menção ao desafio proposto à Cox por Ayers e Saad-Filho (2008) sobre quem forneceria a melhor caracterização sobre a ascensão e crise da referida *Pax Americana*.

Nas suas origens, portanto, tais tradições de pensamento não se comportavam como paradigmas incomensuráveis que não dialogavam entre si, antes pelo contrário. Havia grandes zonas de interpenetração entre elas: o fato de Arrighi (1982; 2007) usar Gramsci para aperfeiçoar a abordagem do Sistema-Mundo de seu colega Immanuel Wallerstein reproduz, por sinal, o mesmo percurso teórico de Cox e Jacobson (1996), visto na seção anterior.

Stephen Gill, o grande discípulo – talvez herdeiro intelectual – de Robert W. Cox na Universidade de York, em Toronto, é outro que dá mostras de que é possível evitar o segregacionismo interno entre os marxismos. Fiel ao espírito original de seu mestre, cuja relação de intimidade Gill faz questão de mostrar até em notas de rodapé nas quais cita “bilhetes” de Cox para si (GILL, 2007, p. 70), ele não apenas demonstra-se desinteressado em “distinções acadêmicas de utilidade limitada”, como declara abertamente seu propósito reconstruir “a teoria histórico-materialista” de modo abrangente. Para ele, a agenda de “pesquisas pós-hegemônicas” deveria incluir os legados de “Karl Marx, Fernand Braudel, Karl Polanyi, Robert Cox e outros” (*Ibidem*, p. 41). A preocupação que motiva o presente artigo já lhe chamava a atenção, em 1993, aquando da publicação original de seu livro<sup>5</sup>:

Em outras palavras, as notas de Gramsci sobre relações internacionais precisam ser relacionadas à reconstrução do pensamento histórico materialista em sentido mais amplo, a fim de evitar um novo sectarismo intelectual [...] As ideias marxistas desenvolvidas num gueto teórico sofrem de falta de relevância. (GILL, 2007, p. 41-44)

O alerta de Gill parece, nos dias atuais, desgraçadamente atual. Ciente da necessidade de uma “nova síntese intelectual e prática”, que conduza à redefinição da ideia de socialismo e à “autodefesa da sociedade contra a investida desintegradora e atomizante das forças de mercado globalizadoras”, Gill tinha como meta superar a marginalização do marxismo nas RI, fruto de sua “orientação teórica norte-americana”, mas também das “limitações” do tipo de marxismo que lá havia sido empregado até então (2007, p. 42-46), dentre as quais ele não refere à perspectiva do Sistema-Mundo, mas sim ao marxismo com desvios totalitários.

Para não deixar dúvidas, o discípulo de Cox vaticina que “não existe uma única escola gramsciana ou ‘italiana’”, agregando que o uso do adjetivo “italiano” adveio de um resenhista anônimo que falara de uma “nova escola italiana de relações internacionais” (*Ibidem*, p. 41-42). Apesar de ter incorporado e difundido o termo, Gill (2007, p. 41) adverte que o faz “com certa ironia, hesitação e deferência aos nossos dois colaboradores italianos (Giovanni Arrighi e Enrico Augelli)”. Além da rejeição do stalinismo enquanto projeto político, em termos estritamente teóricos, a demarcação frente a outros marxismos se dá por meio da recusa do estruturalismo francês dos anos 1960 e 1970:

---

5 Vale notar, ademais, a existência de outra antiga recuperação de Gramsci de interesse para as RI, mas que não foi subsumida na chamada ‘Escola Italiana’ de economia-política: trata-se da contribuição de Stuart Hall (2003), em ensaio no qual sugere pontes e sintonias entre os estudos subalternos indianos, Gramsci e as preocupações com ‘raça e etnicidade’ dos estudos multiculturais e pós-coloniais (HALL, 2003, p. 294-334).

Em primeiro lugar, a abordagem gramsciana nos estudos internacionais é uma crítica epistemológica e ontológica ao empirismo e ao positivismo que estão na base das teorizações predominantes. Isso acontece porque a abordagem gramsciana é uma forma específica de historicismo não estruturalista. Como observou Robert Cox (1987), a noção de estrutura em Gramsci opõe-se aos estruturalismos de Louis Althusser e Etienne Balibar (Althusser e Balibar, 1979). (GILL, 2007, p. 67).

O próprio Cox (1987a), ao iniciar a sua obra de maior peso, também nomeava os filósofos estruturalistas – e não apenas os marxistas – como defensores de uma noção de estrutura que ele recusava, como se existissem “independentemente das pessoas” (*Ibidem* p. 4). Além de declarar que “tal significado”, que “pensa as pessoas apenas como portadoras de estruturas” não é aquele que ele emprega no livro, Cox nomeia, um por um, os filósofos frente aos quais ele deseja demarcar sua posição, nenhum dos quais possuindo qualquer relação com as teorias do Sistema-Mundo (*Ibidem* p. 4)<sup>6</sup>. Cumpre notar que é justamente nesta abertura onde Cox (1987a) assume todo seu ecletismo intelectual, discutido a seguir, ao inspirar-se em conceitos de autores como Giambattista Vico (*cosa*) e Gottfried Leibniz (*monads*) como fontes para pensar o seu próprio conceito de estrutura histórica (*Ibidem*, p. 405-406).

Quando se dirige ao Sistema-Mundo, Cox inicialmente repete o movimento original de sua virada gramsciana, utilizando esta categoria como uma forma adequada de se pensar as relações mundiais de poder. E quando discorda de Immanuel Wallerstein em debates de fundo, *e.g.*, sobre a idade do capitalismo, Cox (1987a) não o toma como *alter-ego* em nenhuma polêmica direta. Pelo contrário, utiliza vastas passagens da obra do teórico do Sistema-Mundo para embasar e ilustrar a sua própria teoria (neste ponto, mais weberiana do que gramsciana) sobre os “modos de relações sociais de produção” (COX, 1987a, p. 35-36).

Mais adiante, Wallerstein (1974) também é incorporado, *ipsis litteris*, sem ressalvas, para descrever os sistemas de colonização ibérica nas Américas que se encaixariam no tipo ideal que Cox chamou de “reprodução simples”, como, por exemplo, o sistema de *encomienda* na “América Espanhola (e arranjos comparáveis no Brasil)” (COX, 1987a, p. 41). O contraste é notável nas atitudes perante os marxismos: mesmo ao descolar-se sutilmente da concepção de ‘modo de produção capitalista’ de Wallerstein, Cox (1987a) faz questão de ressaltar que, “no entanto, ela abarca uma variedade de formas através das quais as coisas comercializadas são produzidas”; no mesmo instante, por outro lado, Althusser é acusado de rebaixar as categorias “marxianas” ao nível das teorias do funcionalismo sociológico de Talcott Parsons, algo deveras mais grave (*Ibidem*, p. 411).

Ao fim, depreende-se que, seja em sua obra-mor, ou aquando de seu *debut* gramsciano, Robert Cox seguiu usando as teorias do Sistema-Mundo para construir a sua própria abordagem

---

6 Na nota de rodapé número 5 do “Tema” de abertura do livro, Cox afirma: “This is a standpoint of much French structuralism, from Claude Lévy-Strauss to Louis Althusser, and also of the linguistics of Noam Chomsky” (1987a, p. 405). Não surpreende, pois, que sejam estes os adversários intelectuais de Cox dentro do marxismo, uma vez que o autor gramsciano das RI filia-se explicitamente aos postulados de E.P. Thompson sobre a formação das classes sociais, rejeitando, assim, tanto o “empiricismo” quanto o “dogmatismo” (COX, 1987a, p. 407-8). Como é sabido, um dos grandes embates teórico-políticos de Thompson fora direcionado contra Althusser, no qual acusa o filósofo francês de cometer ‘um planetário de erros’ (e outras coisas piores, como adulterar citações de Marx). Ver, a respeito, o seu *A Miséria da Teoria* (THOMPSON, 1981).

das RI. Ao explicar a diferença entre “estruturas de ordens mundiais hegemônicas e não hegemônicas” (1987a, p.7), ele comparte da leitura de Arrighi (2007) vista acima. Ambas produzem um amálgama frutífero – e não uma mútua exclusão – entre as noções de Hegemonia e Sistema-Mundo:

I am using the term hegemony here as meaning more than the dominance of a single power. It means dominance of a particular kind where the dominant state creates an order based ideologically on a broad measure of consent, functioning according to general principles that in fact ensure the continuing supremacy of the leading state or states and leading social classes but at the same time offer some measure or prospect of satisfaction to the less powerful. In such an order, production in particular countries becomes connected through the mechanisms of a world economy and linked into world systems of production. The social classes of the dominant countries find allies in classes within other countries. (COX, 1987a, p. 7)

O máximo que pode ser dito, portanto, é que Robert Cox e Giovanni Arrighi baseiam-se nas noções de Sistema-Mundo disponíveis em seu tempo e tratam de expandir seu alcance analítico mediante a justaposição de ferramentas teóricas gramscianas, capazes de refinar – mas sem jamais dispensar – o arcabouço conceitual anterior, geralmente identificado com o trabalho de Immanuel Wallerstein, cuja grandeza não escapara à apreciação de nenhum deles durante a gestação de suas respectivas ferramentas analíticas. Cabe indagar, portanto, diante de uma origem simbiótica e fraterna, que tipo de forças foram capazes de ir produzindo, com o tempo, pequenas ortodoxias mutuamente divorciadas entre si. Eis a indagação que a última seção deste artigo busca enfrentar.

### 3. EM DEFESA DO ECLETISMO: ROBERT COX E OS DESAFIOS DA ORDEM MUNDIAL CONTEMPORÂNEA.

O mais célebre aforismo das teorias críticas de RI – “Teoria é sempre *para* alguém e *para* algum propósito” (COX, 1981, p. 128) – permanece válido quatro décadas após sua formulação marcante. Deve-se, portanto, direcionar o mesmo tipo de escrutínio epistemológico elaborado por Cox (1981) também às teorias que se reivindicam críticas. Se os desafios já eram largos na época em que Stephen Gill (2007) [original de 1993] clamava por uma espécie de *frente única* contra as forças de mercado globalizadoras na incipiente ‘nova ordem mundial’ do pós-Guerra Fria, hoje, aqueles mesmos desafios continuam vivos e são acrescidos da crise de hegemonia entre as potências dentro desta mesma ordem. Uma crise que, dentre outros fatores,

está implicada no movimento de ascensão de uma nova forma de direita radical em escala internacional. Afinal, como é notório, a crítica ao ‘globalismo’ é justamente um dos motes nos discursos de seus principais expoentes políticos mundo afora, como Bolsonaro, Salvini ou Trump (PENA, 2019).

À luz de uma conjuntura tão premente, vale propor a questão acerca de quais propósitos devemos considerar válidos, hoje em dia, para o tipo de *Teoria Crítica*, no sentido originalmente atribuído ao termo por um fugitivo do nazi-fascismo, como Max Horkheimer (1975). Em outras palavras, para aqueles que pretendem transformar a realidade enquanto interpretam-na e explicam-na, contribuindo, assim, para o esforço social de emancipação das relações de poder existentes, que valor poderia ter, hoje, a sustentação de “guetos teóricos”? (GILL, 2007, p. 44) A obra de Robert Cox oferece pistas para refletir sobre as razões de ser desta situação – e também sobre possíveis saídas com vistas à superação de tais tendências.

Por um lado, a noção coxiana de “internacionalização do Estado” (COX, 1987a, p. 228) ajuda-nos a pensar sobre os impactos que tal fenômeno produziu sobre as universidades do mundo ocidental e suas semiperiferias. Para Cox (1987, p. 220), a ordem mundial do pós-II Guerra já era ‘neoliberal’ desde 1945, sendo que as transformações advindas como resultado da crise dos anos 1970 abriram a possibilidade de diferentes cenários para o futuro da *Pax Americana*. De modo rigorosamente materialista histórico, Cox (1987a) acredita que tal internacionalização de uma forma específica de Estado liberal seja a contraparte lógica dos processos prévios de internacionalização da produção em escala global. Os exemplos mais conhecidos da tese coxiana da internacionalização do Estado referem-se ao *status* elevado que bancos centrais autônomos (ou mesmo independentes) alcançaram, assim como dos ministérios de finanças que passam a servir como correia de transmissão dos instrumentos privados e públicos da governança econômica internacional (*Ibidem*, p. 228).

A internacionalização da forma de Estado que Cox classifica como ‘hiperliberal’, começa a dar-se por cima da internacionalização da forma de Estado ‘neoliberal’ que, em sua nomenclatura particular, correspondente à era keynesiana ou de *Liberalismo Inserido* (RUGGIE, 1982)<sup>7</sup>. Assim, uma de suas principais hipóteses trata justamente dos processos de *emulação-reprodução* de saberes desempenhado por certas agências governamentais, em uma gama crescente de países, cuja função principal seria a disseminação de normas e ‘boas práticas’ de caráter tecnocrático – “neoliberal” e “hiperliberal” – sobre as políticas públicas nacionais, independente da natureza política do governo e das flutuações da vida democrática em um dado país (*Ibidem*, p. 286).

A internacionalização do Estado implica a homogeneização das regulações nacionais, conforme o mapa cognitivo construído a partir das demandas do ‘mercado’. Trata-se, conforme Gill (1995), de *constitucionalizar* o máximo possível as demandas do capital monopolista. Estes aspectos combinam princípios gerais com práticas intersubjetivas. O disciplinamento dos Estados Nacionais é também o disciplinamento dos corpos sociais e dos indivíduos que neles habitam, e, é por isso que nenhuma dimensão da vida social se lhes escapa. Essa intersubjetividade está a serviço, sobretudo, do aumento da produtividade, no que a significação meritocrática, competitiva, consumarista e individualista é internalizada nas práticas do cotidiano,

---

7 Cox (1987a, p. 220-8) prefere denominar como “neoliberal” o tipo de Estado emergente na ordem mundial do pós-II Guerra, a fim de não o confundir com o tipo de Estado Liberal do século XIX.

seja nas relações sociais primárias (de família, vizinhança, etc.), seja nas práticas institucionais (universidades, igrejas, etc.).

Cox (1987a) nos ajuda a perceber, deste modo, o cariz político desta introdução quase simultânea, em diversos países, dos paradigmas competitivos, ditos meritocráticos: *rankings*, agências semiautônomas de gestão tecnocrática do ensino superior; financiamento à pesquisa condicionado a resultados mensuráveis; normalização do paradigma behaviorista de *estímulo-resposta* (via *punição-recompensa*) em relação à produtividade e ao ‘impacto’ das publicações. Em suma, toda uma panóplia de normas, procedimentos e instâncias regulatórias destinadas a homogeneizar a vida acadêmica em diferentes latitudes *pari passu* ao avanço da globalização e de sua ‘civilização de mercado’ – ou, para usar outra expressão também consagrada por Gill (1995), do ‘neoliberalismo disciplinador’.<sup>8</sup> Tais enfoques analíticos gramscianos, assim, ajudam a compreender o impacto sobre a educação superior desta “tendência hiperliberal” (COX, 1987, p. 287) da atual vaga de internacionalização do Estado.

Um dos resultados fundamentais do hiperliberalismo é justamente aquilo que Cox (1987) chamava de “periferização da força de trabalho”, em curso até mesmo nos centros do capitalismo global – fenômeno análogo ao que muitos denominaram, posteriormente, como a ‘precarização do trabalho’ (ANTUNES, 2000). Ora, segundo Cox (1987a), numa tal situação, a “coesão” dos trabalhadores é “obstruída”, pois além da “segmentação em linhas de idade, sexo, e étnicas”, fabrica-se um “foco instintivo na sobrevivência pessoal” que termina por impedir uma “ação coletiva” capaz de barrar tais processos de hiperliberalização das relações laborais (COX, 1987a, p. 285-288). Não é difícil deduzir que, no mundo universitário, uma das consequências de tais processos seja a formação de nichos acadêmicos cuja tarefa principal, seja a própria sobrevivência – ou *self-help*, nos termos neorrealistas de Kenneth Waltz (1979) –, dentro deste ‘ambiente anárquico’ que leva à luta de todos contra todos.

A explicação materialista histórica deve, contudo, ser complementada por outras que confirmam papel explicativo também a elementos superestruturais. Ou que, ao menos, enfatizem os resultados daquilo que Cox chamou de “osmose ideológica” (1987a, p. 256), algo que acompanha a disseminação das formas de Estado ‘neoliberal’ e ‘hiperliberal’. Uma osmose capaz de reproduzir-se até mesmo naqueles espaços que se dedicam à análise crítica das formas de vida sob o capitalismo contemporâneo. Em vez da união entre as abordagens que já estão achegadas via a centralidade conferida ao capitalismo (e que também comungam da crença de que as RI devem ser entendidas a partir das lutas entre as classes sociais) termina-se por perenizar certo diálogo de surdos, artificial, entre as abordagens gramscianas e do Sistema-Mundo, que, em sua gênese, estiveram, por boas razões, juntas e imbrincadas.

Onde buscar, então, pistas sobre possíveis caminhos de saída para esta encruzilhada? Ao assinarem conjuntamente a introdução da referida coletânea de 1982, os maiores expoentes das teorias do Sistema-Mundo (Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi, Andre Günder Frank e Samir Amin) fazem uma declaração de princípios muito semelhante àquela que viria a ser reproduzida por Stephen Gill, uma década depois, quando do seu chamamento gramsciano rumo a

---

8 Gill (1995) oferece um exemplo salutar, por sinal, de ecletismo intelectual de qualidade a fim de formular sua análise da ordem mundial transformada pelo neoliberalismo disciplinador. Ele baseia-se numa combinação de instrumentais teóricos gramscianos e foucaultianos que lhe ajudam a aprofundar a análise do neoliberalismo (no caso de Foucault, a partir de sua famosa crítica ao panóptico de Jeremy Bentham).

uma agenda de pesquisas “pós-hegemônicas”, visto acima (2007, p. 41). Os teóricos originais do Sistema-Mundo possuíam diferenças entre si, algumas importantes, mas sempre conseguiram fazer um debate “amigável”, apesar das divergências e, sobretudo, produzir conjuntamente a partir deste embate construtivo de ideias (AMIN *et al.*, 1982, p. 233). Não há razão para crer que o mesmo espírito não possa ser dispensado também à ‘Escola Italiana’ e a outros ‘socialismos democráticos’ emergentes nas RI. Em suas palavras:

We are all on the left. That is, we all believe in the desirability and possibility of a world that is politically democratic and socially and economically egalitarian. We do not think the capitalist world-economy has done well in any of these counts. We all believe that capitalism as a historical system will come to an end. While our prognosis for what will replace it (and when) vary somewhat, we all remain committed to the historical objectives of world socialism: democracy and equality. (AMIN *et al.*, 1982, p. 10)

São os objetivos comuns e os problemas reais a serem enfrentados em cada conjuntura social, portanto, que devem se sobrepor às preocupações mais estritamente academicistas. Se é verdade que “[h]á muito a ganhar com um diálogo construtivo, com argumentos e teorias com base em perspectivas diferentes” (GILL, 2007, p.44), deveria ser ainda mais verdadeiro que tal postura deva prosseguir quando, de acordo com seus formuladores originais, as perspectivas em questão nem sequer são tão diferentes assim. Mas, infelizmente, ainda é fácil encontrar influentes análises marxistas dedicadas – explicitamente – à tarefa de cobrança de ortodoxia teórica nas RI. O ataque de Alfredo Saad-Filho e Alison Ayers (2008, p. 109) ao “ecletismo coxiano” fornece um bom exemplo do problema que ora nos ocupa.

Apesar de admitir, *en passant*, que “não é óbvio que a integridade analítica deva sempre se sobrepor à conveniência de flexibilidade paradigmática”, Ayers e Saad-Filho desferem um ataque feroz ao que chamam de “implicações destrutivas do seu ecletismo”, na literatura “neo-gramsciana” ou “coxiana” de RI (2008, p. 113). Para eles, o “quadro analítico” de Robert Cox e seus herdeiros sofreria de falta de “consistência interna” por ser repleto de “ambiguidades”, resultando em uma análise “excessivamente abstrata e eclética” (2008, p. 110). O problema, a seu juízo, é antes de tudo “metodológico”: a falta de alguma ortodoxia.

These accounts draw upon a methodologically flawed juxtaposition of interpenetrations of this transition, included selected insights from Marxism, regulation theory, institutionalism, e evolutionary political economy, among other schools of thought, and from diverse discipline including international relations (IR), political science, sociology and economics. These attempted syntheses tend to be overambitious and, almost, invariably superficial. (AYERS; SAAD-FILHO, 2008, p. 110)

Antes mesmo de contrastar a sua própria análise sobre crise de hegemonia da *Pax Americana* com aquela de Cox (1987a) - cuja promessa de superioridade, por sinal, é decepcionante – os autores revelam aquilo que parece ser seu impulso motivador, que sintomaticamente

transparece até mesmo quando referem-se ocasionalmente a outros temas e debates: a “devastação”, em suas palavras, de paradigmas teóricos adjacentes (AYERS; SAAD-FILHO, 2008, p. 129). É assim que consideram um escândalo a utilização simultânea de autores como Marx e Weber, que reputam ser incompatíveis, recorrendo à própria advertência de Weber, para quem “Marx não é um táxi que uma pessoa possa dirigir para onde quiser”, acabando por inferir, com Peter Burnham, que “a literatura neo-gramsciana oferece pouco mais do que uma versão do pluralismo weberiano orientado para o estudo da ordem internacional” (*Ibidem*, p. 112-113).

As cobranças por ortodoxia se avolumam: “[a] pesar de sua auto-identificação com o materialismo histórico, Cox escolhe pegar certas coisas do Marxismo sem engolir todo o pacote”; é “um expoente do marxismo diluído”; ou mesmo “insuficientemente Marxista”; mais ainda, “Cox parece endossar a posição de que metodologias diferentes possam ser legitimamente selecionadas para estudar períodos cronológicos diferentes”; afora a “incorporação seletiva de metodologias diferentes...” (*Ibidem*, p. 112). Curiosamente, os autores incluem até elogios dos próprios discípulos de Robert Cox ao seu mestre, no caso, de Timothy Sinclair, organizador de sua principal coletânea, como se fossem críticas, ao ressaltarem – como se fosse demeritório – que, para este último, “o trabalho de Cox reflete uma vontade de juntar tradições intelectuais discordantes para criar um método” (*Ibidem*, p. 112). Traição aguda, a seus olhos, pois gera dúvidas sobre a fidelidade desta Escola Coxiana, uma vez que “há controvérsias sobre se os conceitos usados pelos neo-gramscianos podem ser considerados ‘materialistas históricos’ no sentido marxista” (*Ibidem*, p. 112).

É curioso imaginar o que tais críticos, alegadamente marxistas, de Cox teriam a dizer sobre o próprio Marx, que, como é notório por fonte insuspeita (LENIN, 1977, p. 35-39) fez do ecletismo a grande força de sua análise, ao fundir tradições de pensamento tão díspares como a economia-política britânica, o socialismo francês e a filosofia alemã.<sup>9</sup> Mas as acusações prosseguem, encontrando outros indícios de conluios ilícitos no caminho, como o emprego por Cox (1987a) da noção de “identidade” que “informa a literatura pós-moderna e pós-estruturalista em desacordo com a análise materialista” (AYERS; SAAD-FILHO, 2008, p. 114). Após acusarem “Cox e os neo-Gramscianos” de praticamente tudo o que é grave para uma teorização crítica – desde serem apenas um “neorrealismo radicalizado” até chegarem a cúmplices do “eurocentrismo” – os críticos arrematam com uma assertiva peremptória: “Na verdade, enquanto reivindicava ser um materialista histórico, Cox explicitamente rejeita elementos-chave da teorização de Marx sobre o capital” (*Ibidem*, p. 115-6)<sup>10</sup>.

---

9 Desnecessário dizer que a segunda geração de clássicos do marxismo tornou-se proeminente justamente por inovar e ampliar sobre o pensamento de Marx e Engels, avançando em novas direções. Lenin utilizou o conceito de *capital financeiro* - inexistente em Marx - de Rudolph Hilferding (1910) em seu ensaio fundamental sobre o imperialismo. Rosa Luxemburgo (1912) dialogou abertamente com Marx e com o marxismo oficial de sua época em temas tão caros à tradição como a própria noção de *Acumulação de capital*. Gramsci, por sua vez, incorporou, dentre outras fontes, elementos da tradição mediterrânea de pensamento político, notadamente a Maquiavel, mas não apenas, dado seu profundo diálogo com as diversas teorias das elites em voga na época. Em se tratando de um dossiê sobre Robert Cox, ademais, pode ser relevante notar que a própria noção de *Teoria Crítica* pela qual é conhecido, em contraposição à *Teoria de Solução de Problemas* (COX, 1981), é uma reapresentação da distinção de Max Horkheimer entre *Teoria Crítica e Teoria Tradicional* (1975); e que a própria razão de ser da Escola de Frankfurt, geralmente associada ao conceito, remonta à sede por diálogo interdisciplinar entre uma gama de intelectuais germânicos que levou-os a uma grande fusão eclética de perspectivas, do marxismo à psicanálise freudiana, da estética à teoria do direito, dentre outras. Ver, a respeito, Adorno e Horkheimer (1985).

10 Cox admite - e lista - suas principais influências intelectuais: Collingwood, Giambattista Vico, George Sorel, Gramsci, Karl Polanyi e Braudel (COX; SCHECHTER, 2002, p. 28-29).

Em termos de conteúdo, o eixo fundamental da crítica dos continua a ser a suposta lassidão conceitual de Cox associada ao seu ecletismo.<sup>11</sup> Vejamos dois exemplos. Para Saad-Filho e Alison (2008), tal fragilidade conceitual exemplificar-se-ia num conceito-chave, como o de *classe social*. Cox equivaleria, ou mesmo igualaria, classe à identidade, como ficaria mais evidente na obra *The Political Economy of a Plural World* (COX; SCHECHTER, 2002), embora Cox tenha afirmado em seus escritos iniciais que classe referir-se-ia ao posicionamento estrutural do ator, ou seja, seu lugar na produção, e tenha reiterado isto em seus últimos escritos também (*Ibidem*, p. 30).

Essa é uma crítica que merece detalhamento. É de se supor, na perspectiva de Cox, que a ‘classe’ exija a dimensão da identidade, ou seja, do próprio reconhecimento intersubjetivo de seus componentes como pertencentes ao universo de símbolos comuns, de desejos compartilhados e que, para que a classe exista para si, seja necessário o compartilhamento de uma gramática comum. Cox, a partir dos estudos sobre as transformações nas relações sociais de produção que emergem no capitalismo hiperliberal, também observara uma diminuição numérica e qualitativa do protagonismo do operário industrial nos países de capitalismo avançado e a emergência de uma massa de trabalhadores cuja desagregação nos mundos do trabalho dificultava a formação de uma sociabilidade necessária para a formação da identidade que transforma a classe em si em classe para si. Adicionalmente, Cox chama a atenção para a emergência de forças sociais que não guardam um vínculo direto com a produção, mas que criam identidade a partir de elementos concretos da dialética dominação/subordinação, como as questões relativas à raça e gênero, por exemplo. *A força social*, neste aspecto, pode ganhar uma autonomia relativa em relação ao espaço concreto da produção (tomando o termo produção num sentido de reprodução material da vida social), embora não faça subsumir a contradição fundamental da sociedade capitalista que consiste na divisão entre os proprietários dos meios de produção e os fornecedores de força de trabalho. Em síntese: Cox é um thompsoniano no que se refere ao conceito de classe social, algo que pode ser motivo de discordância; mas não é possível acusá-lo de falta de rigor teórico por isso.

Outro aspecto crítico que nos parece essencial é o questionamento sobre a capacidade de Cox em analisar a natureza propriamente dita de um modo de produção e, portanto, sua dinâmica de transformação. “Em suma, o que está faltando na análise coxiana é uma apreciação estruturada e sistemática da natureza da acumulação capitalista, e porquê ela é instável e dada a mudanças sistêmicas (a cada época)” (AYERS; SAAD-FILHO, 2008, p. 113). Mas não é isto justamente o que ele procura fazer quando tenta construir uma taxionomia complexa sobre os modos de produção e das relações entre eles? Se entendermos a natureza de um modo de produção desde uma perspectiva histórica, e parece-nos que é isto que Cox faz reivindicando a Vico, a resposta é positiva, mas se pensarmos na natureza da acumulação como um elemento atemporal a resposta seria que, de fato, Cox, não sendo um positivista, pecaria pela ausência de maiores generalizações.

---

11 Em síntese, os autores enxergam as seguintes inconsistências de Cox: (i) excesso de abstracionismo e ecletismo: o ecletismo diz respeito à mistura de insights do marxismo, com a teoria da regulação francesa, com o Institucionalismo, o evolucionismo na economia política; bem como outras escolas de diferentes disciplinas, como a ciência política, a sociologia e a economia. O que redundava numa perspectiva superficial e deveras ambiciosa; (ii) a análise de classe do autor desvia de questões como a despossessão/espoliação, exploração, resistência, e competição no centro do progresso técnico e da mudança política nas sociedades capitalistas; (iii) os estudos coxianos geralmente fazem uma inadequada teorização do processo social e histórico e das relações materiais e sociais entre eles; (iv) os estudos geralmente colocam como categoria central da mudança sistêmica a autonomia relativa do Estado.

Em relação à autonomia relativa do Estado, algo que Cox de fato considera, os autores alegam que seria uma espécie de realismo (no sentido de RI) radicalizado.<sup>12</sup> No caso, Cox enxergaria as classes sociais como atores exógenos às estruturas estatais, sendo estas apenas espaços de disputa entre os atores. Mais intrigante é a conclusão dos autores de que a autonomia “relativa” do Estado, por eles vista na literatura neogramsciana como simples, ou total, autonomia do Estado, levaria à conclusão, via pura dedução, de que os gramscianos de RI defenderiam a hipótese de que o Estado pode, por si só, mudar a natureza do capitalismo a partir de governos progressistas que implementem medidas incrementais (reformistas), numa espécie de combinação de *revolução passiva* e *transformismo* (os autores não citam estas categorias gramscianas). Tal dedução não parece razoável, levando-se em consideração a importância que Cox confere ao movimento das forças sociais: Cox fala de um *complexo Estado-sociedade civil*; não de um complexo Estado *versus* sociedade civil. A dinâmica institucional não está separada da material ou da ideacional no modelo coxiano de análise. O que ele busca é tão somente dar uma ênfase na conformidade ontogênica destas dimensões dos modos de relações sociais de produção.<sup>13</sup>

## 4. CONCLUSÃO

Antonio Gramsci deixou seus escritos teóricos mais importantes na forma de cadernos manuscritos em uma prisão fascista. Em tempos nos quais a palavra fascismo retorna ao vocabulário político ocidental com força inaudita, parece adequado que as análises inspiradas de alguma forma pelo materialismo histórico somem esforços contra aquilo que Robert Cox chamou de “conspiração para remover a classe da panóplia de explicação histórica contemporânea”, na qual até “marxistas tomaram parte” (1987a, p. 2), mas que sempre foi mais forte dentro das RI enquanto uma ciência social norte-americana (HOFFMAN, 1977).

A trajetória de Cox oferece pistas sobre como conjugar hibridismo profissional com ecletismo teórico-metodológico de modo a produzir um legado inegável, que até os críticos da *Coxian scholarship* são obrigados a reconhecer. Ainda que no final de sua vida Robert Cox possa ter sucumbido, em certo grau, à demarcação de seu pensamento frente ao Sistema-Mundo, a parte mais marcante de sua obra é um testemunho daquilo que sua grande amiga, e parceira intelectual, Susan Strange (1970) também tentava, sem rodeios, remediar: a ‘negligência mútua’ entre tradições de pensamento que juntas poderiam fornecer um bem-público maior.

No caso das diferentes abordagens marxistas nas RI, tal *práxis* heterodoxa poderia ser expandida em múltiplas dimensões, de formas que só têm a contribuir para o fortalecimento de

12 Dedução curiosa e que se desvia da longa discussão intra-marxista sobre ‘autonomia relativa’ do Estado, na qual destacam-se as reflexões de autores como Nicos Poulantzas, que vem ganhando crescente atenção nas RI. Ver, por exemplo, a tese de Tatiana Berringer (2014), que propõe um novo modelo de Análises de Política Externa com base no arcabouço teórico do pensador marxista grego. Vendulka Kubalkova e Albert Cruickshank (1985) possuem um dos trabalhos antimarxistas mais conhecidos sobre o *Marxismo e Relações internacionais*, já que oferecem um substrato conveniente ao *mainstream* de RI para seguir marginalizando o materialismo histórico na disciplina, que inclui uma análise rasteira da concepção de Estado em Nicos Poulantzas. Robert W. Cox dedica uma resenha (agudamente) crítica ao livro, apontando seus “becos-sem-saída” (*dead ends*) antimarxistas, incluindo a análise feita sobre Gramsci (COX, 1987b, p. 1046-7).

13 Para uma visão detalhada sobre as críticas a Cox, ver Schechter (2002), onde, de forma detalhada e sistemática, mostra-se que ora os críticos acusam Cox de estadocentrismo, ora de idealismo, ora o acusam de ser reducionista e economicista na abordagem das classes sociais, ora de destituir a perspectiva da classe social de seu conteúdo material, ora de ser um institucionalista ingênuo, ora de desconsiderar o papel transformador do multilateralismo. Estas incongruências mostram, a nosso ver, a força da análise de Cox.

suas respectivas agendas de pesquisas e lutas. Tendo em vista que as abordagens tributárias do materialismo histórico são parte indispensável das ferramentas de lutas exigidas pela conjuntura global atual, parece adequado que centrem seus esforços na investigação crítica dos fenômenos contemporâneos, e não em demarcações de campo acadêmicas cuja serventia às lutas sociais é, na melhor das hipóteses, duvidosa. Sob o espectro de uma crise de hegemonia com potencial de provocar caos no Sistema-Mundo, é aconselhável seguir os ensinamentos de Ferdinand Braudel (referência comum às duas escolas, aliás), para quem “estruturas sociais e eventos sociais são constituídos, em parte, por processos que refletem ritmos e andamentos históricos diferentes”, constituindo-se, portanto, em um convite ao ecletismo analítico consciente:

Aqui a análise de Gramsci é semelhante à de Braudel e à dos historiados da *École des Annales*. Como dizia Braudel (1981) em relação ao tempo histórico, a primeira dimensão é aquela que muda muito lentamente, como a relação topológica entre as placas continentais, ou seja, aquela que existe entre a humanidade e sua geografia (tempo geográfico). A segunda dimensão, com um ritmo mais rápido que o primeiro, é a da mudança nas estruturas sociais fundamentais: a *longue durée* (tempo social). O terceiro ritmo, o mais rápido de todos, é aquele que gira em torno dos indivíduos, eventos e conjunturas específicas: a *histoire événementielle* (tempo individual). Qualquer análise histórica (e, por conseguinte, qualquer estudo da economia política global) deve ter sensibilidade, ao menos, para as dimensões desses ritmos temporais. (GILL, 2007, p. 94)

Sensibilidade esta, que, na conjuntura atual reclama prioridade. Os marxismos seguem marginais nas RI, até quando outras teorias críticas ganharam muito espaço nos anos recentes. Se, como diz a canção de Bob Dylan – *the times they are a-changin'* – é preciso estar à altura da mudança histórica em curso. Sob o espectro de novas guerras em escala mundial e dos monstros políticos que irrompem à meia-luz quando “o velho morre e o novo não poder nascer” (GRAMSCI, 2001, p. 184), é crucial estabelecer as prioridades táticas e as alianças necessárias para seguir existindo e, sobretudo, sendo útil para a resistência política real, em meio à tempestade que se avizinha.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. (1985). **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar.
- AMIN, S.; ARRIGHI, G.; GUNDER FRANK, A.; WALLERSTEIN, I. (1982). **Dynamics of global crisis**. New York: Monthly Review Press.
- ANTUNES, R. (2000). “Trabalho e precarização numa ordem neoliberal”. In: **La Ciudadania Negada. Políticas de Exclusión en la Educación y el Trabajo**. Buenos Aires: CLACSO.
- ARRIGHI, G. (2007). “As três hegemonias do capitalismo histórico”. In: Gill, S. Gramsci, **Materialismo Histórico e Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.

- \_\_\_\_\_ (1982). “A crisis of hegemony”. In: AMIN, S. *et al.* **Dynamics of global crisis**. New York: Monthly Review Press.
- AYERS, A.; SAAD-FILHO, A. (2008). “Production, Class and Power in the Neoliberal Transition: A Critique of Coxian Eclecticism”. In: AYERS, A. (Ed.) **Gramsci, Political Economy and International Relations Theory: Modern Princes and Naked Emperors**. New York: Palgrave Macmillan.
- BERRINGER, T. (2014). **Bloco no Poder e política externa nos governos FHC e Lula**. Tese de Doutorado. Orient. Prof. Dr. Armando Boito Jr. Universidade Estadual de Campinas.
- BORBA DE SÁ, M.; GARCIA, A. (2013). “Overcoming the blockage”: an interview with Robert Cox. **Estudos Internacionais**, vol.1, n.3, pp. 303-318.
- COX, R. (2007). “Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método”. In: Gill, S. **Gramsci, Materialismo Histórico e Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- \_\_\_\_\_ (2002). “Reflections and transitions”. In: COX, R.; SCHECHTER, M. **The Political economy of a plural world. Critical reflections on Power, Morals and Civilization**. London: Routledge.
- \_\_\_\_\_ (1987a). **Production power and world order: social forces in the making of history**. Cambridge: Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_ (1987b). ‘Marxism and International Relations. By Vendulka Kubalkova and Albert Cruickshank’ [Review] (Oxford: Clarendon Press, 1985. 281p. **American Political Science Review**, 81(3), pp.1046-1047.
- \_\_\_\_\_ (1981). “Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory”. *Millennium: Journal of International Studies*, vol. 10, n. 2, pp. 126-155.
- \_\_\_\_\_ (1969). “Introduction: perspectives and problems”. In: Cox, R. (ed.) **International Organization: World Politics - Studies in Economic and Social Agencies**. Papers presented under the auspices of the International Political Association. London: Palgrave.
- COX, R.; JACOBSON, H. (1996). “Decision making”. In: COX, R.; SINCLAIR, T. (Eds.). **Approaches do World Order**. Cambridge: Cambridge University Press [original publicado em um volume editado por Georges Abi-Saab e publicado no volume especial do **International Social Science Journal**, vol. 29, n.1, 1977].
- \_\_\_\_\_ (1972). **The Anatomy of Influence: Decision Making in International Organization**. New Haven: Yale University Press.
- COX, R.; SCHECHTER, M. (2002). **The Political Economy of a Plural World: Critical Reflections on Power, Morals and Civilization**. London: Routledge.
- GILL, S. (2007.) **Gramsci, Materialismo Histórico e Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- \_\_\_\_\_ (1995). “Globalisation, Market Civilisation, and Disciplinary Neoliberalism”. **Millennium**, vol. 24, n.3, pp. 399-423.
- GRAMSCI, A. (2001). **Cadernos do Cárcere**– Volume 1: Introdução ao Estudo da Filosofia. A Filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GÜNDER FRANK, A. (1966). “The development of underdevelopment”. **Monthly Review**, vol. 18, n.4, pp. 17-31.

- HALL, S. (2003). “A relevância de Gramsci para o estudo de raça e etnicidade”. In” Hall, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- HILFERDING, H. (1981) [1910] **Finance capital**. London: Reston & Henley/Routledge & Kegan Paul.
- HOBSBAWM, E. (1995) **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1918)**. São Paulo: Companhia das Letras.
- HOFFMAN, S. (1977): “An American Social Sciece: International Relations”. **Daedalus**, vol. 106, n.3, pp. 41-60.
- HORKHEIMER, M. (1975) **Critical Theory: Selected Essays**. Continuum International Publishing Group.
- KUBALKOVA, V.; CRUICKSHANK, A. (1985). **Marxism and International Relations**. Oxford: Clarendon Press.
- LENIN, V. (1977). “As três fontes e as partes constitutivas do marxismo”. In: Lenin, V. **Obras Escolhidas em seis tomos**. Lisboa: Edições Avante!/Edições Progresso.
- LUXEMBURGO, R. (1970) [1912] **A acumulação do capital**. Rio de Janeiro: Zahar.
- PENA, L. (2019). “Globalismo”: o discurso em política internacional sob a ideologia da nova extrema direita brasileira”. **Fronteira**, vol. 18, n. 36, pp. 371-386.
- RUGGIE, J.G. (1982) International Regimes, Transactions, and Change: Embedded Liberalism in the Postwar Economic Order, **International Regimes** Vol. 36, n. 2, pp. 379-415.
- SCHECHTER, M. G. (2002). “Critiques of Coxian Theory”. In: COX, R.; SCHECHTER, M. **The Political economy of a plural world. Critical reflections on Power, Morals and Civilization**. London: Routledge.
- STRANGE, S. (1970) “International Economics and International Relations: A Case of Mutual Neglect”. **International Affairs**, vol. 46, n.2, pp. 304-315.
- THOMPSON, E. (1981). **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- WALLERSTEIN, I. (1974). “The Rise and Future Demise of the World Capitalist System: Concepts for Comparative Analysis”. **Comparative Studies in Society and History**, Vol. 16, No. 4., pp. 387-415.
- WALTZ, K. (1979). **Theory of International Politics**. Reading: Addison Wesley Publishing Company.